

## **AVALIAÇÃO DO PERFIL COMPORTAMENTAL NA PROMOÇÃO À SAÚDE DOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS DOS CURSOS DA SAÚDE**

*EVALUATION OF THE BEHAVIORAL PROFILE IN HEALTH PROMOTION OF HEALTH COURSES UNIVERSITY STUDENTS*

CAMARGO, Bianca Sanford<sup>1</sup>; ROVERSI, Fernanda Marconi<sup>2</sup>; MACHADO, Daisy<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Discente do Curso de Biomedicina da Universidade São Francisco; <sup>2</sup> Pesquisadora do Hemocentro UNICAMP; <sup>3</sup> Professora Doutora do Curso de Biomedicina da Universidade São Francisco

**[daisy.machado@usf.edu.br](mailto:daisy.machado@usf.edu.br)**

**RESUMO.** As doenças ligadas ao estilo de vida ganharam importância nas últimas décadas, uma vez que passaram a ser causa prevalente de óbitos, superando as doenças infectocontagiosas. Essa mudança é chamada de transição epidemiológica e acomete principalmente os países de baixa renda e média renda. Portanto, a análise da percepção que os estudantes dão sobre a promoção da saúde em suas próprias vidas é importante. A pesquisa foi realizada por meio de entrevista individual, com estudantes da área da saúde de uma universidade no campus de Bragança Paulista, estado de São Paulo, através de questionário, de caráter exploratório e roteiro semiestruturado. Os resultados encontrados mostraram maior necessidade de mudança em temáticas como automedicação (83,3%), realização de exames de sangue semestrais (30%), consumo de bebida alcoólica (83,3%), relação sexual sem preservativo (50%) e uso de método contraceptivo (23% não usam nenhum). Todavia, outros fatores apresentaram ótima significância na atitude como 80% dos estudantes realizaram exame para detecção de doenças sexualmente transmissíveis, 86,7% não fumam, 83,3% não usam drogas ilícitas, 76,7% estão em dia com a vacinação e 99,7% sabem como ocorre a transmissão do papilomavírus humano. Portanto, os resultados indicam a importância de uma maior abordagem da promoção da saúde no ambiente universitário e, como consequência, o desenvolvimento de hábitos saudáveis.

**Palavras-chave:** estilo de vida; drogas lícitas e ilícitas; prevenção à saúde.

**ABSTRACT.** Lifestyle-related diseases have gained importance in recent decades, as they have become a prevalent cause of death, surpassing infections and contagious diseases. This change is called the epidemiological transition and has mainly affected low-income and middle-income countries. Therefore, analyzing the perception that students give about promoting health in their own lives is important. The research was carried out through individual interviews, with students from the health area of a university on Bragança Paulista campus, in São Paulo state, using an exploratory questionnaire and a semi-structured script. The results found showed a greater need for change in topics such as self-medication (83.3%), half-yearly blood test (30%), alcohol consumption (83.3%), sexual intercourse without a condom (50%) and use of a contraceptive method (23% do not use any). However, other factors showed great significance in attitude, such as 80% of the students underwent an sexually transmitted diseases test, 86.7% do not smoke, 83.3% do not use illicit drugs, 76.7% are up to date with their vaccinations and 99.7% know how the transmission of human papillomavirus occurs. Therefore, the results indicate the importance of the greatest approach

to health promotion in the university environment and, as a consequence, the development of healthy habits.

**Keywords:** Lifestyle; licit and illicit drugs; health prevention.

## INTRODUÇÃO

Pesquisas realizadas desde a década de 90, sobre a saúde dos adolescentes, permitiram concluir que a conduta exercida por eles está sendo prejudicial à saúde dos mesmos, e seus comportamentos potencialmente prejudiciais está cada vez mais acentuado, quando comparado com outras gerações passadas (GOMES, 2009). Além disso, atualmente deve-se tomar cuidado com a influência que grupos em redes sociais causam nos comportamentos dos adolescentes.

Estudos epidemiológicos revelam que muitas das doenças não transmissíveis, como as doenças cardiovasculares e cerebrovasculares, alguns cânceros (como os do pulmão, da mama, do estômago, de cólon e do útero), a diabetes *mellitus*, a doença obstrutiva crônica do pulmão, a cárie dentária, as doenças reumáticas, a osteoporose, os problemas de visão, a cirrose do fígado, os acidentes (domésticos, de lazer, de esporte, de trabalho e de trânsito), as doenças psiquiátricas e outras patologias e incapacidades, e transmissíveis como a SIDA (Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida) e a tuberculose, estão frequentemente relacionadas com o estilo de vida das pessoas. Os fatores de risco associados a muitas destas doenças são o consumo de álcool e de tabaco, a alimentação desregrada, o excesso de peso e a obesidade, a ausência de atividade física, a má gestão do *stress*, o abuso das drogas, bem como de fatores de natureza socioeconômica geradores de fenômenos de violência e exclusão social (BRASIL, 2016).

Para evitar o desenvolvimento das doenças e ter uma qualidade de saúde é importante a adoção de comportamento saudável e/ou melhorar as condutas prejudiciais, ou seja, fatores ligados diretamente ao comportamento. Para isso, é fundamental o desenvolvimento de uma saúde preventiva e educativa mais presente na vida das pessoas (AYRES et al., 2003).

Um dos objetivos gerais dos Parâmetros Curriculares Nacionais é que o educando seja capaz de conhecer e de cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos de qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva (BRASIL, 1988).

É importante a aprendizagem contextualizada, abordando temas que afetam o cotidiano do estudante, fazendo-o refletir sobre as suas condutas e conseqüências a ponto de levar a mudança de comportamento por necessidade própria e não uma imposição. Portanto, é de suma importância a compreensão de conceitos básicos de saúde, para que se consiga dessa forma o desenvolvimento de uma saúde preventiva e educativa não com benefícios só para o estudante, mas para a sua comunidade também (CHASSOT, 2003; CAETANO; SILVEIRA, 2009).

A educação em saúde é abordada discutindo os caminhos percorridos até o momento, a importância dos aspectos éticos e morais, para que os jovens possam desenvolver competências pessoais e sociais que os auxiliem na tomada de condutas de forma livre e consciente, e conseqüentemente apresentarem comportamentos sadios que os levem a prevenção dessas doenças, individual e coletivamente (CARVALHO et al., 2008). A educação para a saúde no âmbito da prevenção de comportamentos de risco, tem de levar em conta não só a informação técnico-científica, mas também, a aquisição de competências para atitudes conscientes para com os riscos à saúde. Sendo assim, este estudo reafirmará a importância da educação em saúde,

assim como o comportamento das pessoas envolvidas, levando a melhoria da saúde da população.

Para tanto alguns aspectos foram estudados como: sexualidade, tabagismo, alcoolismo, uso de drogas, vacinação, dentre outros assuntos que são abordados durante o processo de formação dos estudantes da área da saúde.

Sexualidade é o conjunto das atividades justificadas pelo fato de ser um ser sexuado (CATONNÉ, 2002). A partir desta definição pode-se extrapolar para a confirmação de que a sexualidade é inerente a todo ser humano. As condições para infecção pelo papilomavírus humano (HPV) são apresentadas como consequência de aspectos sociais, como nível socioeconômico, escolaridade e início precoce da vida sexual. A papilomatose é o principal agente oncogênico para o câncer no colo do útero, que é a segunda maior neoplasia em incidência nas mulheres, em todo mundo (CAETANO; SILVEIRA, 2009; ELFGREN et al., 2005; GOMES, 2005; CAMPOS, 2002). O câncer de colo do útero é o de maior incidência em mulheres nesta faixa etária de 15 a 29 anos, o desenvolvimento da doença está diretamente ligado à infecção pelo HPV, transmitido na relação sexual. Desde a incorporação da vacina no calendário nacional de vacinação, em 2014, 5,82 milhões de meninas, na faixa etária de 9 a 14 anos, já foram imunizadas. A ampliação da vacina para menino passa a valer a partir de 2017 (VALADARES, 2022).

Além da sexualidade, o álcool e o tabagismo estão entre os comportamentos prejudiciais à saúde por estarem entre os mais prevalentes na população, inclusive entre os jovens. Os malefícios do consumo de álcool e do fumo, especialmente em doses abusivas, são bem esclarecidos na literatura. Segundo Rosemberg (2002), em meados do século XX, as análises econômicas indicam que os ganhos auferidos com a taxação sobre a venda deste produto eram inferiores aos gastos com assistência médica, aposentadorias, diminuição da produção laboral e encurtamento da expectativa de vida dos trabalhadores. Uma rede heterogênea de atores e ações começou, nesse momento, a ser articulada para elaboração de estratégias para a diminuição da produção e consumo do tabaco. Recentes levantamentos populacionais comprovam que o consumo de álcool é bastante relevante entre a população. Um estudo realizado pelo CEBRID (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) em 107 cidades com mais de 200 mil habitantes mostrou que aproximadamente 68% da amostra consumia álcool. Também foi evidenciado que 15,5% das pessoas na faixa de 18 a 24 anos eram dependentes de álcool (RAMIS et al., 2012; GALDURÓZ; CAETANO, 2004).

Esta pesquisa busca determinar e avaliar o nível de conhecimento dos estudantes sobre educação em saúde e fazer o viés educação-saúde-ambiente como compromisso da atual educação formal.

## **METODOLOGIA**

Foi realizada uma pesquisa de campo participativa, documental e qualitativa, por meio de um estudo de entrevistas, na qual os dados levantados com base na análise das respostas dadas pelos estudantes, dos cursos da área da saúde de uma universidade do *campus* de Bragança Paulista, foram analisados.

Os dados adquiridos por meio de levantamento das informações respondidas no questionário previamente estabelecido foram computados para a realização de um levantamento bibliográfico para indicar possíveis propostas de comportamento dos entrevistados. Antes da obtenção desses dados, foi solicitada a aprovação no Comitê de Ética (CAAE: 69062117.4.0000.5514).

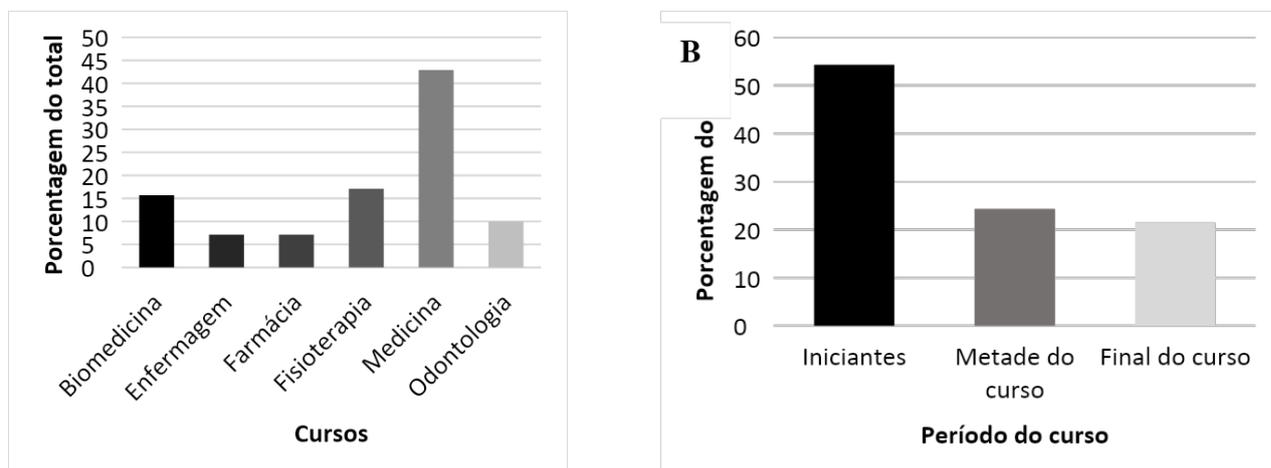
A população do estudo foi constituída dos estudantes, a partir do 3º semestre, dos cursos de Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Odontologia e Farmácia do *campus* de Bragança Paulista da universidade. A amostragem foi voluntária e teve a intenção de ter a participação de estudantes do período diurno e noturno.

Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, por meio de entrevistas individuais, com roteiro semiestruturado, utilizando questionário e, após a coleta dos dados, estes foram tabulados e a análise estatística foi realizada com o auxílio de programa adequado. Os gráficos estão apresentados por porcentagem do total de discentes entrevistados. Foi utilizada estatística descritiva com medidas de frequência e de dispersão, usando o teste "t", sendo considerados valores significativos para  $p < 0,05$  após o término da coleta de todos os dados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi constituída por 400 estudantes do *campus* de Bragança Paulista sendo distribuídos nos cursos da área de saúde dentre eles os cursos de Biomedicina, Fisioterapia, Enfermagem, Odontologia, Farmácia, e Medicina, sendo que a distribuição da porcentagem dentro destes cursos está demonstrada na figura 1A. A maior parte dos entrevistados foram discentes do curso de Medicina, cerca de 32,9%, e o de menor participação foi os discentes da Farmácia e Enfermagem, com 7,1% cada. Destes, 54,3% são iniciantes, ou seja, não chegaram à metade do curso, 24,3% estão ou já passaram da metade do curso e 21,4% estão no final do curso, ou seja, no último semestre do mesmo (Figura 1B).

**Figura 1:** Distribuição dos discentes entrevistados, em porcentagem com relação ao curso (A) e com relação ao período que o mesmo está no curso (B).

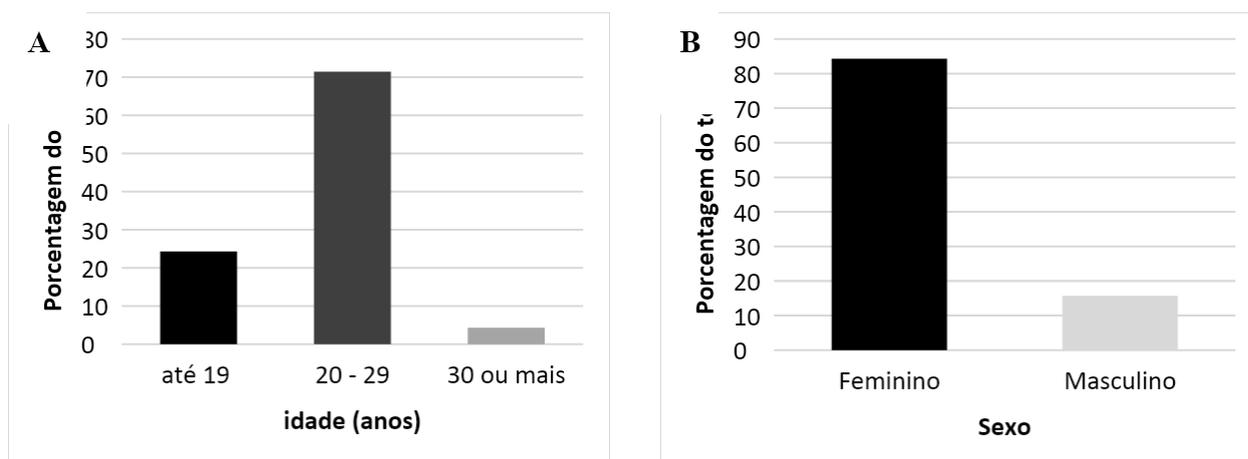


Fonte: Próprio autor.

Do total de estudantes avaliados a maioria possui idade de 20 a 29 anos (Figura 2A), e 84,3% eram do sexo feminino e 15,7% do sexo masculino (Figura 2B). Os entrevistados, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, são jovens adultos uma vez que são identificados na maioria de 20 a 29 anos, porém de acordo com as normas e políticas do Ministério da Saúde do Brasil um jovem engloba pessoas de até 24 anos (BRASIL, 2007), uma vez que esta fase se inicia com as mudanças corporais da puberdade e termina quando o indivíduo consolida seu

crescimento e sua personalidade, obtendo progressivamente sua independência econômica, além da integração em seu grupo social (EISENSTEIN, 2005). Além disso, os dados corroboram com os achados de Ristoff (2014) que descrevem que mais da metade dos universitários estão com idade acima de 20 anos, sendo que 8,6% destes são os graduandos de longa data, ou seja, tem mais de 40 anos.

**Figura 2:** Distribuição dos discentes entrevistados, em porcentagem com relação à idade (A) e com relação ao sexo (B).



Fonte: Próprio autor.

Outra pergunta foi relacionada com residência, se moram ou não com os pais e 65,7% dos entrevistados moram com os pais. Dos discentes entrevistados, mais de 64% não trabalham e somente 27,1% possuem bolsa de estudo (Tabela 1). Sabendo esse perfil sociodemográfico dos estudantes foi realizada uma avaliação para determinar o perfil de atividade preventivas de saúde destes discentes. Ristoff (2014) demonstra que o campus brasileiro é significativamente mais rico que a sociedade brasileira, o que vem de encontro com os dados do número de estudantes entrevistados que trabalham. Além disso, o mesmo trabalho ressalta a importância dos estudantes bolsistas, que estão crescendo junto com o aumento do número de vagas nos campus na última década, uma vez que está ocorrendo uma democratização do campus brasileiro com os programas de auxílio.

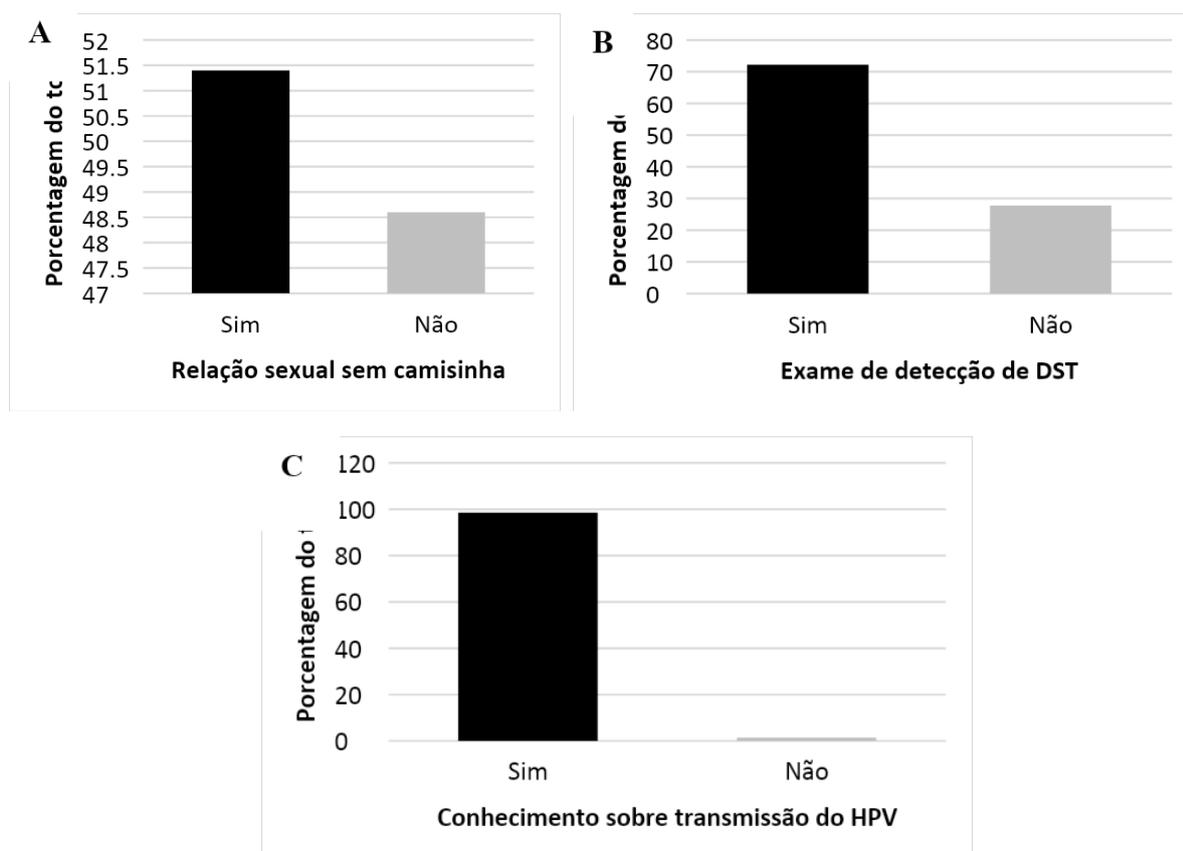
**Tabela 1:** Perfil socioeconômico dos participantes, com relação a moradia, emprego e a existência de bolsa de estudo.

Questionamento		Porcentagem (%)
Mora com os pais?	Sim	65,7
	Não	34,3
Você é assalariado?	Sim	35,7
	Não	64,3
Possui bolsa de estudo	Sim	27,1
	Não	72,9

Fonte: Próprio autor.

Com relação às questões relacionadas com doenças sexualmente transmissíveis (DST), observou-se que pouco mais da metade (51,4%) da amostra já teve relações sexuais sem preservativo (Figura 3A), e destes 72,2% realizaram exames para doenças sexualmente transmissíveis (Figura 3B). Dos entrevistados, 98,6% sabem como o HIV é transmitido, e apenas 1,4% respondeu que não sabia (Figura 3C).

**Figura 3:** Distribuição dos discentes entrevistados, em porcentagem com relação ao uso de preservativo (A), realização de exames de detecção de DST (B) e o conhecimento sobre a transmissão do HPV (C).



Fonte: Próprio autor.

Os resultados obtidos a respeito das DSTs indicaram que a maioria dos entrevistados se mostraram conscientes sobre a importância das mesmas, mesmo afirmando já terem realizado relações sexuais sem preservativos, eles se preocupam com relação a detecção de possíveis contaminações, mostrando a eficiência e relevância de programas educacionais sobre o assunto, que deve ser tratado desde cedo, informando a jovens e adolescentes a importância da utilização de preservativos e as consequências dessas doenças.

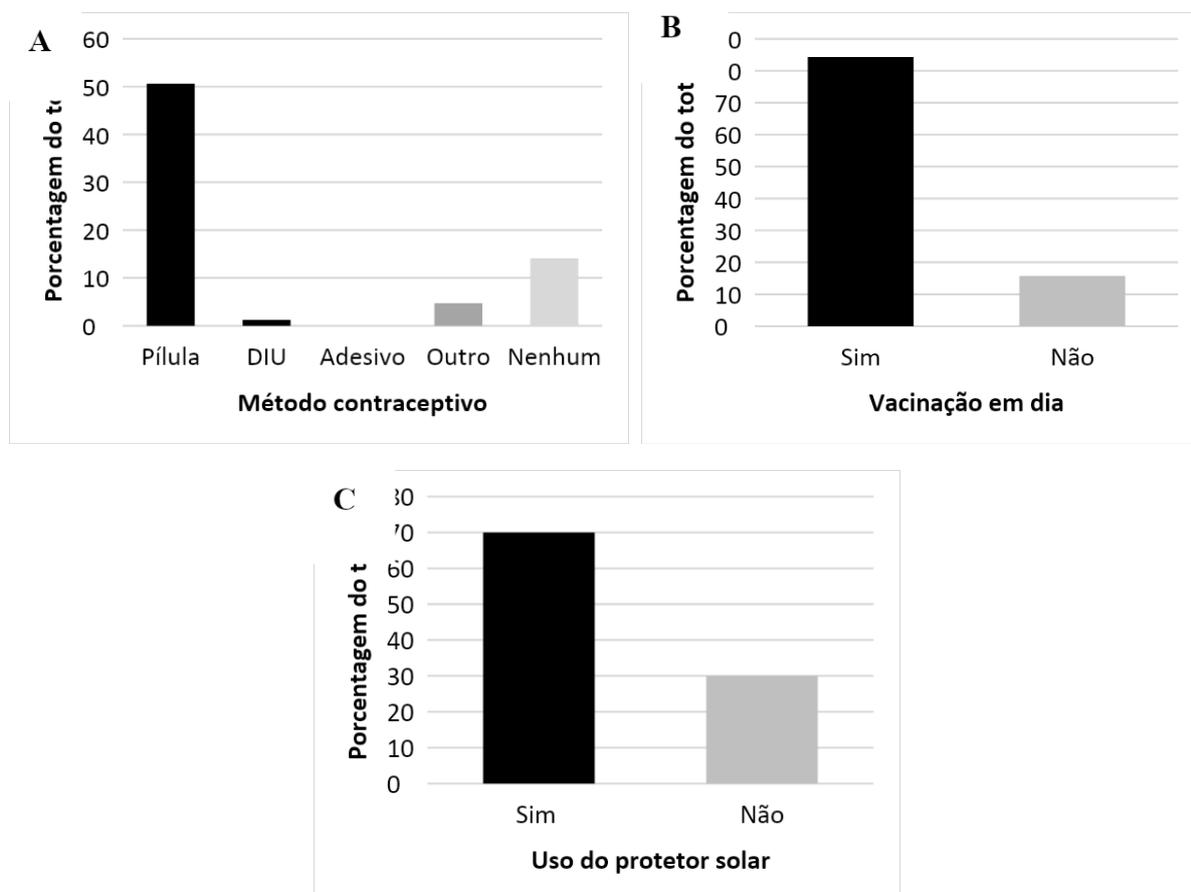
As doenças sexualmente transmitidas ainda afetam pessoas em todo o mundo, no Brasil do ano de 2011 a 2022 as doenças sexualmente transmissíveis de maior recorrência: 1.115.529 casos de sífilis, sendo o maior diagnóstico no sexo masculino (BRASIL, 2022). A Organização Mundial da Saúde, em 2016, verificou que houve mais de 376 milhões de novas infecções, sendo 127 milhões de clamídia, 87 milhões de gonorreia, 6,3 milhões de sífilis e 156 milhões de tricomoníase, sendo a recorrência maior em pessoas com idade de 15 a 49 anos. Especialistas

relatam que esse número vem aumentando com o uso de aplicativos de relacionamentos e com o avanço no tratamento de DST, incluindo os antivirais para o vírus HIV (BRASIL, 2019).

Tomiyoshi e colaboradores (2016) relatam em pesquisa com 159 universitários que 77% deles afirmaram utilizar preservativo, sendo que, destes, 32,4% afirmam utilizar em todas as relações e 6,7% nunca utilizam. Porém, 85,8% afirmam que já tiveram relação sexual sem uso de preservativo, o que corrobora com os achados. Além disso, o mesmo trabalho relata que tanto estudantes do Direito quanto da Medicina, total de 79,7%, conhecem sobre sintomas do HPV e suas consequências, dados esses que corroboram com os achados. Barbosa e colaboradores (2012) relatam que a principal época de contaminação pelo HPV é em torno dos 20 anos, sendo diagnosticado principalmente entre os 25-29 anos, sendo assim é de suma importância conscientizar os universitários sobre a realização de exames de detecção de DST.

As mulheres foram questionadas sobre qual método contraceptivo utilizado pílula, DIU, adesivo ou outro e 50,6% responderam que utilizam pílula, 1,2% DIU e 4,7% responderam outro método contraceptivo, sendo 14,1% não responderam à pergunta, indicando, provavelmente, que não utilizam métodos contraceptivos (Figura 4A). Na figura 4B verifica-se que 84,3% dos entrevistados estão em dia com a carteira de vacinação, e na figura 4C que 70% dos estudantes utilizam protetor solar.

**Figura 4:** Distribuição dos discentes entrevistados, em porcentagem com relação à métodos contraceptivos (A), proteção utilizando a vacinação como veículo (B) e o uso do protetor solar (C).



Fonte: Próprio autor.

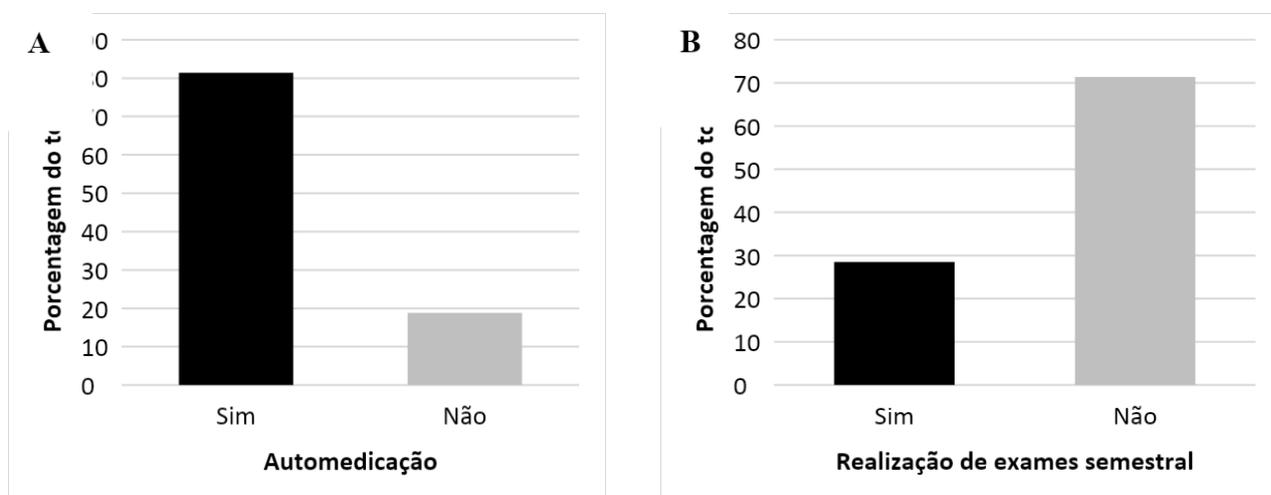
Com relação a vacinação, que deve fazer parte da rotina de todas as pessoas, em especial daquelas que trabalham na área de saúde, como é o caso dos entrevistados, os resultados em geral foram bons, uma vez que a grande maioria tem afirmado estar em dia com a carteira de vacinação, porém tal fato só poderia ser confirmado com a verificação da mesma.

Os dados encontrados por Santos e colaboradores (2007) mostra que os universitários dos últimos semestres dos cursos da saúde, no estado de Goiás, não aderiram à imunização como era esperado, uma vez que para as vacinas pesquisadas (anti-hepatite B, difteria e tétano, anti-amebíase, anti-rubéola, anti-sarampo, anti-caxumba, anti-influenza, BCG e anti-hepatite A), não alcançaram percentagens satisfatórias.

A maioria da amostra afirmou utilizar protetor solar, mas a porcentagem dos que não usa é ainda grande, indicando que a maioria dos entrevistados não se preocupam e/ou não estão totalmente conscientizados com relação a importância da proteção da pele contra os raios solares. O uso de protetor solar que é de extrema importância, seja para exposições ao sol ou à luz artificial, ele ajuda a combater futuros câncer de pele, além de queimaduras e insolação (URASAKI et al, 2016; DE ARAÚJO, DE SOUZA, 2008).

A respeito da automedicação, 81,4% dos entrevistados apontaram fazer, e apenas 18,8% disseram não praticar (Figura 5A), e na figura 5B verificou-se que apenas 28,5% dos entrevistados afirmaram fazer exames de glicemia e triglicérides semestralmente.

**Figura 5:** Distribuição dos discentes entrevistados, em porcentagem com relação à automedicação (A), realização de exames de sangue semestralmente (B).



Fonte: Próprio autor.

A automedicação mostrou resultados importantes a serem questionados uma vez que utilizar medicamentos por conta própria e comprar sem prescrição médica pode trazer muitos prejuízos para a saúde, como reações alérgicas, dependência, agravamento de doenças, aumento da resistência de microrganismos. Muitas vezes a automedicação desencadeia resistência ou até mesmo tolerância, portanto quando houver a real necessidade da medicação o princípio ativo pode não funcionar de forma efetiva (DE AQUINO et al., 2010).

Pesquisas corroboram com os achados, sendo que em uma pesquisa universitários da área da saúde se sentem mais ansiosos no fim do curso e que 64,3% deles realizam a automedicação (SILVA et al., 2021). Outras pesquisas apontam que mais de 65% dos

universitários se automedicam, sendo os analgésicos os principais medicamentos utilizados (TOMASINI et al., 2015; PINHEIRO et al., 2013).

A automedicação, praticada pela população em geral, pode ser justificada pela falta de conhecimento sobre os prejuízos dessa ação e até mesmo pela demora em atendimentos, uma vez que o Sistema Único de Saúde está sobrecarregado. Mas referindo-se aos estudantes da área de saúde, que possuem acesso aos conhecimentos e fundamentos da farmacologia na faculdade, essa prática deveria ser menor mesmo sendo algo praticado pela população, sendo assim, seria importante campanhas educativas alertando os riscos da automedicação.

Poucos estudantes afirmaram realizar exames de glicemia e triglicérides semestralmente, indicando que os discentes entrevistados não se preocupam e/ou não estão informados da necessidade de ações para realização desses exames, uma vez que, estes parâmetros podem ser sinais de futuras doenças, como por exemplo a diabetes e obesidade, que são duas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

Atualmente sabe-se que as DCNT representam a grande causa de morte no Brasil, correspondendo a cerca de 70%, portanto é um problema de saúde de grande importância. Dentre as DCNT estão câncer, diabetes, doenças cardiovasculares, respiratórias e neuropsiquiátricas, doenças essas que levam à morte pessoas com idade inferior a 70 anos de idade e perda da qualidade de vida, aumentando o custo com a saúde. Portanto, a prevalência destas doenças e de situações que podem levar ao desenvolvimento das mesmas é primordial para prevenção destes agravos (DE AQUINO et al., 2010; MALTA et al., 2006).

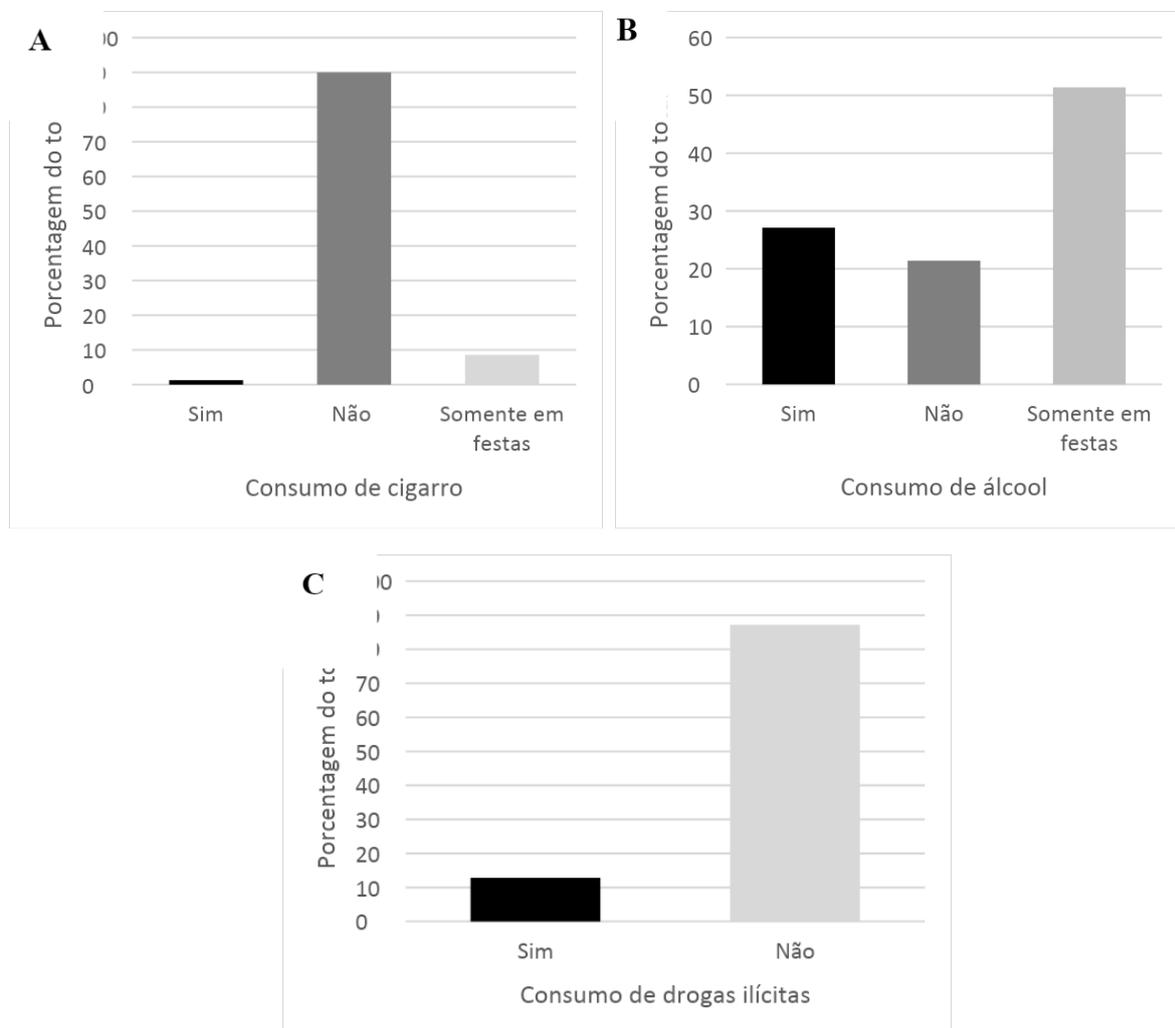
O último parâmetro analisado de comportamento foi com relação ao uso de drogas lícitas e ilícitas. Grande parte da amostra afirmou consumir bebidas alcoólicas, 78,5%, sendo que destes 51,4% alegaram utilizar somente em festas. Em relação ao uso de cigarros, apenas 1,3% dos estudantes informaram utilizar, e 8,6% utilizam somente em festas. No que diz respeito às drogas ilícitas, 12,9% dos estudantes fizeram o uso após o ingresso na universidade (Figura 6).

O uso de drogas lícitas e ilícitas por profissionais e estudantes da área da saúde é um fato alarmante e preocupante, por trazer diversos prejuízos aos futuros profissionais da saúde, e detecta a falta de atenção e ações para o tema, contribuindo para o crescente número de usuários e dependentes. As situações favoráveis para o uso, associadas à falta de intervenções de promoção e prevenção tornam o uso das drogas oportuno. Na maioria das vezes a aceitação da dependência ocorre tarde, diminuindo as chances de recuperação.

Os dados encontrados corroboram com os achados De Barros e Costa (2019), Antunes e Bortoni (2018), De Assis Trindade e colaboradores (2018) que indicam que a prevalência de consumo de bebida alcoólica é alta, porém a prevalência do consumo abusivo foi baixa nos universitários estudados. Além do álcool, as presentes pesquisas apontam, em porcentagens baixas, o uso do cigarro e de drogas ilícitas, principalmente a maconha, pelos universitários.

O uso de drogas lícitas e ilícitas pode levar a problemas psicológicos e comportamentais, como quadros de irritação, transtornos cognitivos e quadros de violência, além de favorecer o desenvolvimento de DCNT. Sendo que é importante ressaltar que essas drogas afetam o sistema nervoso central podendo desencadear uma piora no desempenho acadêmico (DE ASSIS TRINDADE et al., 2018).

**Figura 6:** Distribuição dos discentes entrevistados, em porcentagem com relação ao consumo de cigarro (A), de álcool (B) e de drogas ilícitas (C).



Fonte: Próprio autor

Os resultados observados na utilização de drogas lícitas, como as bebidas alcoólicas e cigarro, e ilícitas mostraram a necessidade de campanhas de conscientização da importância da não utilização e principalmente da dependência, uma vez que, um número significativo da amostra diz consumir somente em festas, como se o consumo esporádico não trouxesse nenhuma consequência.

## CONCLUSÃO

De acordo com os dados obtidos no presente estudo, o perfil encontrado a respeito das ações realizadas pela maioria dos estudantes da área de saúde foi realização de relações sexuais sem preservativo, realização de exames para detecção de DST, carteira de vacinação em dia, uso de protetor solar diariamente, prática de automedicação, não realização de exames periódicos e consumo de bebidas alcoólicas.

Alguns desses resultados podem ser considerados preocupantes, como 81,4% afirmar praticar automedicação, 71,4% admitir não realizar exames de triglicérides e glicemia semestralmente, 78,5% alegar consumir bebidas alcoólicas, indicando maior necessidade de atenção, além de pouco mais da metade já ter tido relações sexuais sem preservativo, então há a necessidade da realização de campanhas de conscientização dos estudantes sobre as consequências destas atitudes quando negligenciadas.

Além disso, mesmo os bons resultados como 98,6% saber como o HIV é transmitido, 84,3% estar em dia com a carteira de vacinação, ainda há evidências da necessidade de manutenção das atividades cotidianas que interferem na qualidade de vida dos entrevistados através de programas educativos, bem como a implementação de meios para incentivar a promoção de saúde e melhora da qualidade de vida, tendo em vista que os estudantes, na sua grande maioria são jovens, tendo a vida inteira pela frente, além de serem os futuros profissionais da saúde do país.

## AGRADECIMENTO

À USF pelo fomento da bolsa de iniciação científica PROBAICITex/USF para a aluna Bianca Sanford Camargo.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, J.M.L.; BORTOLI, S. Perfil do uso de drogas lícitas e ilícitas entre os estudantes do ensino superior da universidade estadual de Ponta Grossa. **Publication UEPG: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 23, n. 2, p. 134-143, 2017.

AYRES, J.R.C.M.; FREITAS, A.C.; SANTOS, M.A.S.; SALETTI FILHO, H.C.; FRANÇA JÚNIOR, I. Adolescence and Aids: evaluation of a preventive education experience among peers. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.7, n. 12, p. 113-28, 2003.

BARBOSA, V.F.C.; PINTO, V.F.C.; PAIVA, S.G. Infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV) em mulheres com vírus da imunodeficiência adquirida (HIV): revisão não sistemática. In: **Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação, Palmas: IFAC**, v. 8, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Meio ambiente e saúde**. Brasília, 1998, 128p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007, 60 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Guia da vigilância em saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, coordenação geral de desenvolvimento da epidemiologia e serviços**. 1ª ed. Brasília, Ministério da Saúde, 2016, 773p.

BRASIL. Agência Brasil. WELLE, D. **OMS alerta para epidemia de DSTs na era dos aplicativos de encontros**. Berlim, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças sexualmente transmissíveis**. Painéis indicadores. 2022.

CAETANO, J.C.; SILVEIRA, C.L.P. **O ensino de ciência e a educação para a saúde: a compreensão da sexualidade e do HPV no terceiro ano do ensino médio**. Encontro nacional de pesquisa em educação em ciência. p. 1-12., 2009.

CAMPOS, M.M.M. **Consulta sobre qualidade da educação na escola**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2002.

CARVALHO, G.S.; GONÇALVES, A.; RODRIGUES, V.; ALBURQUERQUE, C. **O modelo biomédico e a abordagem de promoção da saúde na prevenção de comportamentos de risco. Intervenção em psicologia e saúde: actas/** Editado por José Luis Pais, et al., 1ª ed. Lisboa: Instituto superior de psicologia aplicada, 2008, 247-250p.

CATONNÉ, J. **A sexualidade, ontem e hoje**. Coleção questões da nossa época. 2ª ed. São Paulo.

CHASSOT, A. Alfabetização científica: uma possibilidade para a inclusão social. **Revista brasileira de educação**, v. 22, p. 89-100, 2003.

DE AQUINO, D.S.; DE BARROS, J.A.C.; DA SILVA, M.D.P. A automedicação e os acadêmicos da área de saúde. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, p. 2533-2538, 2010.

DE ARAÚJO, T. S.; DE SOUZA, S. O. Protetores solares e os efeitos da radiação ultravioleta. **Scientia plena**, v. 4, n. 11, p. 1-7, 2008.

DE ASSIS TRINDADE, B.P.; DINIZ, A.V.; SÁ-JÚNIOR, A.R. Uso de drogas entre estudantes universitários: uma perspectiva nacional. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**, v. 7, n. 1, p. 52-60, 2018.

DE BARROS, M.S.M.R.; COSTA, L.S. Perfil do consumo de álcool entre estudantes universitários. **SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas**, v. 15, n. 1, p. 4-13, 2019.

EISENSTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência & Saúde**, v. 2, n. 2, p. 6-7, 2005.

ELFGREN, K.; RYLANDER, E.; RADBERG, T.; STRANDER, B.; STRAND, A.; PAAJANEN, K.; SJÖBERG, I.; RYD, W.; SILINS, I.; DILLNER, J. Colposcopic and histopathologic evaluation of women participating in population based screening for human papillomavirus deoxyribonucleic acid persistence. **American journal of obstetrics and gynecology**, v. 193, n. 3, p. 650-657, 2005.

GALDURÓZ, J.C.F.; CAETANO, R. Epidemiologia do uso de álcool no Brasil. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 26, n. S1, p. 3-6, 2004.

GOMES, J.P. As escolas promotoras de saúde: uma via para promover a saúde e a educação para a saúde da comunidade escolar. **Educação**; v. 32, p. 84-91, 2009.

GOMES, C.A. A escola de qualidade para todos: abrindo as camadas da cebola. **Ensaio: Avaliação de políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 48, p. 281-306, 2005.

MALTA, D.C.; CEZÁRIO, A.C.; MOURA, L.; MORAIS NETO, O.L.; SILVA JUNIOR, J.B. A construção da vigilância e prevenção das doenças crônicas não transmissíveis no contexto do Sistema Único de Saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 15, n. 3, p. 47-65, 2006.

PINHEIRO, M.F.; SILVA, R.N.; GARCIA, J.B.; RODRIGUES, F.S.; FORNARIM J.V.; BARNABE, A.S.; FERRAZ, R.R.N.; HELENE, R.; ABRAO, L.S.; AEÇARI, D.P. Avaliação transversal do perfil de indivíduos portadores de nível superior praticantes de automedicação. **Saúde em foco**, v. 6, p. 7-15, 2013.

RAMIS, T.R.; MIELKE, G.I.; HABEYCHE, E.C.; OLIZ, M.M.; AZEVEDO, M.R.; HALLAL, P.C. Tabagismo e consumo de álcool em estudantes universitários: prevalência e fatores associados. **Revista Brasileira Epidemiologia**, v. 15, n. 2, p. 376-385, 2012.

RISTOFF, D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 19, p. 723-747, 2014.

ROSEMBERG, F. **Pandemia do tabagismo: enfoques históricos e atuais**. São Paulo: Secretaria da saúde, Centro de vigilância epidemiológica, 2002.

SANTOS, S.L.V.; SOUZA, A.C.S.; TIPPPE, A.F.V.; TELES, S.A. Perfil vacinal referido pelos graduandos de cursos da área de saúde no Estado de Goiás. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 11, n. 3, p. 278-284, 2007.

SILVA, N.K.G.; SOUSA, V.A.; SOUSA, F.D.A.; SILVA, T.T.D.; SOUSA, L.P.; MARQUES, A.E.F. Perfil de ansiedade e automedicação de estudantes concluintes de cursos da área de saúde em uma faculdade no alto sertão da paraíba. **Visão Acadêmica**, v. 22, n. 1, p. 20-35, 2021.

TOMASINI, A.A.; FERRAES, A.M.B.; DOS SANTOS, J.S. Prevalência e fatores da automedicação entre estudantes universitários no Norte do Paraná. **Biosaúde**, v. 17, n. 1, p. 1-12, 2015.

TOMIYOSHI, M.M.; VIVAN FILHO, A.S.; DIAS, F.G.F. Avaliação do perfil epidemiológico e comportamental de estudantes de ensino superior em centro universitário privado de Maringá em relação à sexualidade e práticas de risco para doenças sexualmente transmissíveis. **Revista Uningá**, v. 47, n. 1, p. 24-29, 2016.

URASAKI, M.B.M.; MURAD, M.M.; SILVA, M.T.; MAEKAWA, T.A.; ZONTA, G.M.A. Práticas de exposição e proteção solar de jovens universitários. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, n. 1, p. 126-33, 2016.

VALADARES, C. **Ministério da saúde lança diretrizes para o atendimento precoce de câncer em crianças e adolescentes**. Portal da saúde SUS. Agência de saúde. Oncologia. 2022.

Publicado em 18/12/2023.